

Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON  
14ª Edição – janeiro de 2024 - ISSN 2177-4641

## A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO

MARCOS EDUARDO DOS SANTOS<sup>1</sup>

ANDREA RODRIGUES DOS SANTOS<sup>2</sup>

JODE MIRIÃ GOUVEIA GONÇALVES<sup>2</sup>

KESSIA APARECIDA EMIDIO CABRAL DOS SANTOS<sup>2</sup>

ROBERTA LUIZA PEREIRA DA SILVA<sup>2</sup>

MÁRCIA LILIAN ROMANO BRAIA<sup>1</sup>

**RESUMO:** Os indivíduos que têm o transtorno do espectro autista, possui problemas de se socializar e de se comunicar com os demais a sua volta, e apresentam muitas restrições (onde todas as suas atividades são repetitivas). São características próprias de quem tem esse transtorno, e as mesmas surgem nesses indivíduos desde muito cedo, normalmente é nos primeiros anos de vida, porém, é possível notar de 01 ano a 02 anos. Quando as escolas estão unidas com a família de seus alunos, as transformações relacionadas, à individualidade e coletividade dessas crianças autistas são benéficas, oportunizando as mesmas a socialização mais adequada. O objetivo deste trabalho consiste em perceber como é, e como deve ser à inclusão das crianças com autismo nas escolas, bem como deve ser a postura dos professores e como devem ser suas aulas, e por último quais são as contribuições das aulas para os autistas. Utilizou-se neste trabalho como metodologia a revisão literária, realizada por meio de consultas bibliográficas nas bibliotecas eletrônicas: Google Acadêmico, Artigos acadêmicos, e na consulta de livros relacionados à inclusão de autistas nas salas de aulas. Conclui-se que, o processo de inclusão escolar é bem complexo, sendo assim é importante que os profissionais da educação estejam sempre procurando se inteirar do assunto, para que consigam auxiliar as crianças com TEA em seu desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Autista, Inclusão, Escolas.

<sup>1</sup> Docente do Centro Universitário Don Domênico - UNIDON

<sup>2</sup> Discente do curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON.



**Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON**  
**14ª Edição – janeiro de 2024 - ISSN 2177-4641**

**ABSTRACT:** Individuals who have autism spectrum disorder have problems socializing and communicating with others around them, and they also have many restrictions (where all their activities are repetitive). They are characteristics of those who have this disorder, and they appear in these individuals from a very early age, usually in the first years of life, however, it is possible to notice from 01 to 02 years. When schools are united with their students' families, the transformations related to the individuality and collectivity of these autistic children are beneficial, providing them with the most appropriate socialization. The objective of this work is to understand how it is, and how it should be the inclusion of children with autism in schools, as well as the attitude of teachers and how their classes should be, and finally what are the contributions of classes for autistic people. Literature review was used in this work as a methodology, carried out through bibliographic consultations in electronic libraries: Google Scholar, Academic articles, and in the consultation of books related to the inclusion of autistic people in classrooms. It is concluded that the school inclusion process is very complex, so it is important that education professionals are always looking to learn about the subject, so that they can help children with ASD in their development.

**Keywords:** Autistic, Inclusion, Schools.

## 1. INTRODUÇÃO

Quando uma criança ingressa no ambiente escolar, o educador preocupa-se não apenas com o que deve ser ensinado a essa criança, mas também com o bem-estar dela, se é bem tratada pelos amigos, sem discriminação, e se o ambiente é acessível, para então se ter tratamentos iguais. Portanto, deve-se atentar para a importância da instituição educacional para essas crianças, pois a partir delas a estimulação é resgatada e o déficit é compensado com aspectos nutricionais, emocionais e sociais. Na instituição educacional, tudo começa, é o ponto de partida



**Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON**  
**14ª Edição – janeiro de 2024 - ISSN 2177-4641**

para a inclusão, pois esta será a primeira inserção da criança na sociedade fora de casa.

A questão observada neste estudo é, diante das escolas brasileiras, existe condição para admitir uma criança com deficiência, e quais conflitos ela enfrentará?

Pretende-se com o presente estudo demonstrar, como o ambiente escolar pode ajudar os alunos com autismo, a ajustar e desenvolver suas habilidades sociais e mentais. Já que nas escolas, os professores muitas vezes lutam, para ensinar aos alunos com deficiência as habilidades básicas. Será elencado algumas das principais dificuldades, que os professores vivenciam ao ensinar esses alunos. Além disso, identificar possíveis lacunas nos métodos e estratégias de ensino existentes.

Trata-se de uma Revisão Bibliográfica realizada a partir de consulta bibliográfica, através das bibliotecas eletrônicas: Google Acadêmico, *Scielo*, artigos acadêmicos e além de busca em livros relacionados ao tema em questão na biblioteca virtual Pearson. Buscou-se descrever algumas características que envolvem o TEA; analisar como estão sendo preparados aqueles que fazem parte da comunidade escolar, em questão da inclusão dos autistas nas escolas; avaliar as dificuldades que a comunidade escolar e a família, enfrentam no processo da inclusão escolar.

## **2. Transtorno Espectro Autismo (TEA)**

### **2.1. Breve histórico do Autismo Infantil**

Leo *Kanner* é universalmente reconhecido, como o pioneiro no tratamento do autismo. Seu primeiro artigo sobre transtornos autistas, foi lançado em 1943, e intitulado *Autistic Disturbances of Affective Contact* (Distúrbio Autista do Contato Afetivo). Este artigo enfoca o fato de que, muitas crianças autistas têm habilidades sociais pobres, e uma incapacidade de interagir com os outros desde muito cedo. (KANNER, 1943).

A necessidade de mesmice e repetição constante, eram sintomas secundários do autismo. Esses sintomas envolvem padrões de linguagem, fala,



**Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON**  
**14ª Edição – janeiro de 2024 - ISSN 2177-4641**

movimento e pensamento que se tornam rotina. Alguns autistas também preferem a solidão, devido à afinidade com rotinas repetitivas e falta de consciência social.

Nas décadas de 1940 e 1950, o autismo não era diagnosticado pela literatura médica americana. Como não existia acordo sobre quais critérios eram melhores, ou mesmo nomenclatura apropriada, o diagnóstico não foi considerado na literatura médica até a década de 1960. Durante esse tempo, os psiquiatras tendiam a culpar os pais de crianças autistas, como sendo frios e indiferentes - um período conhecido como a 'era da mãe geladeira'. (DONVAN e ZUCKER, 2017).

Em um artigo de 1943, Leo *Kanner* concluiu que o autismo estava relacionado a condições congênitas. Nenhuma razão clara é conhecida, por que ele pensava que os pais eram frios e obsessivos, em um artigo de 1949, que os descrevia como indiferentes.

O livro *A Fortaleza Vazia*, foi escrito por Bruno *Bettelheim* em 1967. Como resultado de sua proposta em 1955, para cuidar de crianças autistas, *Bettelheim* teve a experiência necessária para escrever o livro. O livro é bem recebido pela crítica e pela população em geral, e oferece *insights* sobre as experiências pessoais de *Bettelheim* durante a Segunda Guerra Mundial.

O autor usa uma analogia, para comparar os comportamentos observados em prisioneiros de campos de concentração, com o comportamento maternal. Esses comportamentos incluem, evitar contato visual, paralisia, memorização de listas e datas, e muito mais. O autor afirma que esses comportamentos, foram infligidos aos prisioneiros pelo nazismo, e depois impostos aos prisioneiros por suas mães. Consequentemente, o autor conclui que as mães eram comparáveis, aos guardas dos campos de concentração nazistas.

De acordo com a principal teoria do autismo da década de 1960, *Kanner* e *Bettelheim* apoiaram a etiologia afetiva ou teoria psicogênica. Sua posição os tornou os defensores da teoria.



**Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON**  
**14ª Edição – janeiro de 2024 - ISSN 2177-4641**

*Bernard Rimland* foi um psicólogo experimental que trabalhou para refutar a teoria da mãe geladeira. Ele começou a reunir casos contra a teoria em 1958, e citou vários pesquisadores em seu argumento.

## **2.2. Transtorno espectro autista (TEA): diagnóstico e sintomas**

Tabela 1: Sintomas do transtorno autista

Pequenas ações como não balbuciar, fazer contato visual ou responder ao nome, podem ser vistas no primeiro ano de vida do bebê.
Um bebê pode demonstrar outros sinais, como ausência de gestos sociais, contato visual ruim, e falta de reações quando chamado pelo nome.
Problemas para mudar seu foco, em diferentes atividades. Eles geralmente, demonstram pouco interesse em compartilhar objetos com seus pais, e podem ter problemas para dormir.
Alguns sintomas incluem medos excessivos, sensibilidade aumentada a certos estímulos/sons, e seletividade nos alimentos.
Além da comunicação anormal, incluem apego excessivo a objetos específicos, uma sensação ou cor específica.
Também pode haver um lapso no andar, engatinhar e falar, juntamente com a regressão da fala entre 1 e 2 anos de idade.

Fonte: (NEURO SABER, 2020) – Elaborada pelas autoras

Outros sintomas que podem ser observados nas crianças, é quando começa a apresentar atrasos em seu desenvolvimento, isso até a faixa etária de 3 anos, nas áreas a seguir: - interação social, - linguagem para fins de comunicação social, ou, - brincadeiras ou jogos simbólicos e/ou imaginários. É importante dizer que o diagnóstico de TEA, pode ser constituído a partir do momento em que os sintomas não forem bem explicados pelo Trastorno de *Rett* ou Transtorno desintegrativo da infância (os quais não serão discutidos nesta pesquisa), porém fazem parte dos transtornos globais do desenvolvimento (TGDs) não-autísticos.



## **Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON** **14ª Edição – janeiro de 2024 - ISSN 2177-4641**

Os primeiros que notam que existe algo diferenciado no comportamento das crianças com TEA são os seus pais, diante disso já vão atrás de um auxílio, pois não sabem o que elas têm e vão atrás de uma solução. No momento em que o diagnóstico é concluído, os pais devem ser orientados quanto aos recursos disponíveis, para auxiliar no desenvolvimento de seus filhos, explicando também sobre o que vem a ser o TEA, os principais sintomas e que eles se apresentam de forma variada de pessoa para pessoa.

Um dos sintomas do autismo mais frequente é o retardo mental, onde se apresenta em crianças de 60 a 75% com significativos níveis de severidade.

Os comportamentos mais comuns das crianças com autismo, são: hiperatividade, dificuldades na atenção (prestar ou manter), atenção hiperseletiva (se focam mais nos detalhes/partes do que no todo), impulsividades, agressividades, autodestruição. Muitas vezes, entre as crianças mais novas, elas têm uma baixa tolerância a contratempos, seguidos de "birras" e "escândalos" - jogar-se no chão, gritar, chorar, bater a cabeça, morder-se, bater nos outros etc.

Quando alguns pais questionam os comportamentos de seus filhos, é em torno dos 17 meses da criança, porém a avaliação médica é muito tardia, onde o diagnóstico só acontece por volta dos 4 anos. A partir do momento em que o diagnóstico é consolidado, com as intervenções que existem e são realizadas previamente, possivelmente os resultados quanto a linguagem é mais favorável, maior facilidade na adaptação aos mais variados processos, melhor interação social, aumentando dessa forma que seja incluído em vários ambientes.

Outras características que podem ser observadas nessas crianças são as respostas sensoriais e perceptuais bem características, alto limiar para a dor física, medo exagerado de algo que é inofensivo. Nota-se bastante em crianças autistas, que tapam os ouvidos quando escutam algum som alto, que é comum no dia a dia, como uma descarga de banheiro, chorando ao ouvir sons triviais, uma fala alta, ou até mesmo um comportamento ao contrário, ouvindo uma panela batendo na outra ao seu lado, e ela nem se incomodar por isso.



**Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON**  
**14ª Edição – janeiro de 2024 - ISSN 2177-4641**

Quanto aos recursos instrumentais, são poucos os que conseguem realizar o diagnóstico desse transtorno, entretanto não há nada pesquisado de forma biológica, que prove que exista um exame certo para confirmação do diagnóstico.

### **3. A leitura e a escrita nas crianças com TEA**

No entanto, é preciso considerar que a escrita é um desafio para muitos alunos autistas, pois envolve coordenação, força muscular, planejamento motor, habilidades de linguagem, organização e questões sensoriais. Como resultado, podem apresentar caligrafia ilegível, não conseguir segurar lápis ou caneta e ter dificuldade para começar a escrever. (NEURO CONECTA, 1).

No caso da leitura, algumas crianças com autismo não conseguem se concentrar ou focar em algo por longos períodos, o que dificulta o aprendizado. Depois, há o problema de que as pessoas autistas têm dificuldade em absorver e lembrar sequências, como frases longas, números ou instruções de várias etapas. Tudo isso se torna desafios para entender textos. (SOARES, 2017).

### **4. A Inclusão e as Políticas Educacionais**

É imprescindível discorrer a respeito dos direitos dos deficientes, sendo que a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, por meio da lei nº 12.764/12, diz que as crianças com TEA tem direitos iguais a de pessoas com deficiência, como as: políticas de inclusão, educação em escolares regulares ou com ensino especial, e de acompanhamento de profissionais especializados. (KHOURY *et al.*, 2014).

Ainda de acordo com a lei nº 12.764/12, em seu artigo 1º, parágrafo 2º, “o indivíduo diagnosticado no espectro autista é considerado pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais”. Anteriormente, a lei não garantia direitos básicos e necessários aos autistas, como a integridade física e moral, vida digna, educação e ensino profissionalizante, inclusão social e escolar. (BRASIL, 2020).



**Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON**  
**14ª Edição – janeiro de 2024 - ISSN 2177-4641**

O Ministério da Educação criou leis, que garantem aos alunos autistas o ingresso no ensino regular, constituindo garantias em seu atendimento, possibilitando concretamente a inclusão nas escolas. (BRASIL, 2020).

Caso seja comprovada a necessidade de apoio às atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais, a instituição de ensino em que a pessoa com transtorno do espectro autista ou com outra deficiência estiver matriculada disponibilizará acompanhante especializado no contexto escolar, nos termos do parágrafo único do art. 3.º da Lei 12.764/12. (BRASIL, 2020, p.2).

Fundou-se uma lei que garante o direito para essas crianças de ter uma educação especial, em 1994 houve a Conferência de Salamanca, objetivando discutir os direitos e deveres dessas crianças. Criou-se a lei nº 9.394/96, que diz: “Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. (BRASIL, 2020).

A inclusão de crianças com TEA, está acordada com a lei nas escolas regulares de ensino. O objetivo principal dessas crianças frequentarem as escolas, é de torná-las mais independentes, para que elas consigam viver igual as outras que não possuem TEA. (BRASIL, 2020).

## **5. O Processo Educacional de Crianças Autistas**

O desenvolvimento da criança é contínuo e não para quando ela entra na escola. No entanto, a aprendizagem escolar acrescenta novos elementos ao seu processo de crescimento. Pode-se dizer que uma criança mesmo autista quando bem orientada, acompanhada e estimulada se desenvolverá, se tudo isso que ela precisa for bem planejado e executado.

As crianças com TEA podem ter complicações de comunicação e relacionamento, seja com outros indivíduos, locais e contextos sociais. A partir do momento que o autismo foi denominado como um espectro, englobou muitos



**Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON**  
**14ª Edição – janeiro de 2024 - ISSN 2177-4641**

transtornos que são: diferenciações comunicativas, o não-verbal e as diferenciações comunicativas, que podem mostrar potencialidades cognitivas em quaisquer áreas determinadas do conhecimento. (SEGATI, 2014).

A função dos ambientes escolares são de garantir, por meio da criação de metodologias, o desenvolvimento da socialização dos educandos autistas, junto as crianças que não tem nenhuma deficiência. Os educadores precisam repensar suas metodologias e se atentar para as particularidades das crianças autistas, é preciso conscientizar as crianças que não tem deficiência explicando sobre esta síndrome, tendo assim uma melhor aceitação delas em seu convívio. (LEMOS *et al.*, 2014).

Fazer uma avaliação do desenvolvimento da criança autista é desafiador, sendo preciso repensar os procedimentos de avaliações, em crianças com ou sem deficiências no âmbito escolar, objetivando a aprendizagem e desenvolvimento de todos. As aprendizagens, processos de ensino e metodologias avaliativas, unidas aos serviços suplementares e/ou complementares da educação especial, são elementos indispensáveis a inclusão escolar. (LOPES *et al.*, 2019).

É imprescindível que os educadores dominem a arte de ensinar, que ao mesmo tempo saibam divertir e distrair as crianças, sustentando assim uma boa relação com seus alunos, grupos e pares de alunos. (SCHMIDT, 2013).

De acordo com Silva *et al.* (2012) logo após os primeiros relatos de Léo *Kanner* sobre o TEA, destacou-se como dificuldade principal, a interação dessas crianças com os demais. Elas se comportavam como se vivessem sozinhas em seu “mundo próprio”. As crianças quando nascem já vem em si a incapacidade de ter afetividades normais, o que não acontece com as demais que nascem sem nenhuma necessidade especial.

As crianças com TEA tem incapacidades na participação de brincadeiras grupais, e/ou criar amizades. Normalmente elas não conseguem fazer parte dos jogos cooperativos, apresentando pouco entusiasmo, empatia ou simpatia pelos outros. Quando elas vão crescendo, algumas tem melhora considerável em



**Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON**  
**14ª Edição – janeiro de 2024 - ISSN 2177-4641**

interações pessoais, porém continuam imaturas e superficiais, sem tempo previsto para o término ou interrupções.

Com a inclusão escolar das crianças com autismo, proporciona que elas vivenciem a constante mudança em que ocorre diariamente, do mesmo jeito, e o que ocorre de maneira diferenciada. Essa constante mudança garante experiências acumuladas tornando o local social menos imprevisível.

É no âmbito escolar que qualquer criança inicia seu desenvolvimento de aprendizagem, que são adquiridas a partir de sua vivência social. É nessa fase que elas iniciam, o desenvolvimento de potencialidades de antecipação de situações, que são comuns a todas as crianças. Assim, constitui como fontes de desenvolvimento intelectual, afetivo e social. Para Mantoan (2015) as escolas de qualidade:

São espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, nos quais as crianças e jovens aprendem a ser pessoas. Nesses ambientes educativos, ensina-se os alunos a valorizar a diferença, pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima socioafetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar – sem tensões, competição de forma solidária e participativa. Escolas assim concebidas não excluem nenhum aluno de suas classes, de seus programas, de suas aulas, das atividades e do convívio escolar mais amplo. São contextos educacionais em que todos os alunos têm possibilidade de aprender, frequentando uma mesma e única turma. (MANTOAN, 2015, p, 66).

O desenvolvimento das funções mentais de uma criança, envolve suas relações com outras pessoas e grupos sociais. Esse processo começa na infância, com os vínculos que compartilham com a família, e continua na escola com suas interações em ambientes maiores.

É importante que as crianças com TEA tenham a experiência de frequentar uma escola, e quanto mais cedo essa experiência for possibilitada a esses alunos é muito mais benéfico, lembrando que não se pode tirar a naturalidade do local. E é preciso se atentar também que, do mesmo modo que elas não são flexíveis no começo, isso pode se transformar em apego a uma outra situação.



**Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON**  
**14ª Edição – janeiro de 2024 - ISSN 2177-4641**

## **6. O Processo de Escolarização da Criança Com TEA no Ambiente Escolar**

A inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas públicas, é um desenvolvimento recente. No entanto, tem sido recebida com muita discordância e críticas, de diferentes setores educacionais e sociais. No entanto, proporcionar a todas as pessoas, independentemente de seus déficits mais graves ou menos graves, educação é garantido pela Constituição Federal de 1988.

Na década de 1980, um movimento social chamado Educação Inclusiva, começou a tomar forma nos países desenvolvidos. O Brasil começou a discutir esse movimento na década seguinte, com avanços significativos após a promulgação da lei da LDB em 1996. Isso foi catalisado pela Declaração de Salamanca um ano antes, em 1995.

Esclarecimentos adicionais, podem ser encontrados na Política Nacional de Educação Especial do Ministério da Educação, Cultura e Esporte. O MEC/SEEP publicou essa política em 1994. Ela afirma que os sistemas regulares de ensino, devem apoiar a inclusão de pessoas com deficiência. Além disso, afirma que o financiamento, deve ser concedido a projetos que envolvam ações integradoras. Isso também está previsto na Lei 9.394, de 1996.

Além disso, outra versão desse princípio pode ser encontrada nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica de 2001, emitidas pela CBNE. Por fim, uma Proposta de Política Educacional em Educação Especial de 2008 na Perspectiva da Educação Inclusiva, reafirma todas essas diretrizes.

A inclusão é um novo modelo de escola, que aceita e convive com a diversidade de seus alunos. Também está preparado para atender alunos com deficiência. Muitos acreditam que a proposta de inclusão, reflete o potencial desses alunos com deficiência, porque acreditam em sua aceitação.

De acordo com Mantoan (2015), as pessoas precisam do direito de serem diferentes, ou iguais com base na situação. A desigualdade torna as pessoas inferiores quando são descaracterizadas pela igualdade, e elas têm o direito de serem diferentes.



## **Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON 14ª Edição – janeiro de 2024 - ISSN 2177-4641**

Atualmente, os alunos com autismo recebem atendimento de baixa qualidade nas escolas regulares. Não existem dados exatos sobre quantos alunos com autismo, se matriculam em escolas regulares a cada ano. No entanto, houve um aumento aproximado de alunos matriculados de 2017 a 2018 - de 77.102 para 105.842, sugere que mais alunos com autismo, estão sendo incluídos em escolas regulares. Ao longo de um período de um ano, os alunos com autismo aumentaram de 37,28% para 77,12%, matriculados em escolas regulares. (TENENTE, 2017).

A educação inclusiva é válida, porque envolve a interação das crianças com o seu ambiente. Este termo envolve crianças com diferentes necessidades, interagindo com outras, o que as ajuda a entrar em contato com o mundo de uma maneira única.

A sociedade deve aprender, a conviver com as pessoas com deficiência. Segundo ela, isso significa considerar as necessidades das pessoas com mobilidade reduzida na hora de construir arquitetura, mudar as filosofias das empresas e adotar uma nova concepção de pessoa na sociedade.

### **7. Desafios na Mediação Escolar, de Acordo Com a LBI Para Alunos Com TEA**

Um mediador escolar é a pessoa que acompanha um aluno durante o dia, para auxiliar em suas interações com professores, colegas, atividades e muito mais. Um mediador escolar ajuda as crianças, a entender suas interações com situações difíceis, como violência ou desacordo. Eles são o elo entre as crianças e suas experiências do dia a dia, como a dificuldade de agir em um mundo que elas não entendem. (MOURA e NETO, 2012).

O mediador escolar ajuda o aluno a vivenciar o melhor ensino possível, sempre em cooperação com o professor da turma regente. Ao passar todas as horas escolares com o aluno, ele encontra, pensa e adapta soluções às dificuldades. Para atingir este objetivo, desenvolve e utiliza métodos e conteúdo, nas suas sessões de mediação. (MOUSINHO *et al.*, 2010).

O Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), afirmou que o Brasil tinha aproximadamente, 45 milhões de pessoas com deficiência. Embora sua



**Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON**  
**14ª Edição – janeiro de 2024 - ISSN 2177-4641**

demanda fosse urgente, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), foi apresentada inicialmente em 2000, com o nome Estatuto da Pessoa com Deficiência, mas foi implementada 15 anos depois, em 2015.

A LBI (Lei nº 13.146, de 06.07.2015, Art. 4º) estabelece que, todos os cidadãos têm o direito de ter sua cidadania exercida e respeitada. Como os jovens brasileiros têm dificuldade em se integrar à vida escolar, é necessário incluir pessoas com deficiência, como alunos autistas no ambiente escolar. Isso porque o artigo 3º, §1º, da Lei 9.394/96 decreta que, a igualdade de oportunidades de educação, deve ser oferecida a todos os alunos. Conseqüentemente, isso implica que o Estado tem a responsabilidade principal, de cumprir esses padrões de dignidade humana dentro das escolas.

A educação é considerada um agente, que pode transformar e reformular as possibilidades de um aluno dentro da sala de aula; isso permitiria sua reinserção em um ambiente escolar compatível, gerado por sua realidade particular. Conseqüentemente, isso atenderia a uma necessidade importante, pois o Brasil atualmente apresenta grandes dificuldades, no que diz respeito à inserção de crianças nas escolas, com muitas não matriculadas.

Para que uma escola tenha uma mediação efetiva em toda a classe, a lei deve ser aplicada de maneira consistente e coesa. Isso exige que os espaços sejam alterados, para atender às necessidades dos alunos com TEA. Além disso, as escolas devem implementar políticas, que respeitem e integrem alunos autistas nas aulas.

A educação é expressa como um direito à cidadania de cada pessoa envolvida. Para oferecer educação de qualidade, as escolas devem fornecer apoio e recursos. Também é necessário que as escolas tenham uma estrutura de aprendizagem eficiente. Por exemplo, os professores precisam estar preparados, para lidar com os alunos com acomodações. (LDB 9.639/09).

Ter uma aula junto com o professor, pode ajudar os alunos com necessidades especiais a se tornarem mais incluídos, e o respeito mútuo entre



## Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON 14ª Edição – janeiro de 2024 - ISSN 2177-4641

alunos e professores é necessário. As escolas podem fornecer uma ajuda eficaz com uma aula de integração. Isso porque, geralmente seriam orientados por profissionais externos, como terapeutas, médicos e terapeutas ocupacionais.

Devido a um histórico de desvalorização na construção social, política e econômica do Brasil, a educação está ligada à cidadania. Isso nos leva a acreditar que as classes sociais, assim como as políticas de inclusão, são consideradas desvalorizadas no cenário educacional brasileiro.

A Lei Brasileira de Inclusão incentiva o acesso justo à educação para todos, sem discriminação. É respaldado pelos aspectos positivos da lei que beneficia as pessoas com deficiência. Profissionais como os professores, são considerados mediadores no sistema escolar por meio da lei. Além das escolas públicas, também é importante que as instituições privadas sigam essa lei.

Afirma-se no Artigo 28, Capítulo IV que o sistema de educação inclusiva vem em todas as formas e modos. Além disso, afirma que todos podem se beneficiar de todos os meios disponíveis de aprendizagem. (LBI, Cap. IV, Art. 28).

De acordo com a lei, as escolas devem contratar profissionais qualificados, para auxiliar nos cursos de educação especial. Por causa de leis como a LDB 9.394/96, as escolas são incentivadas a abandonar práticas excludentes, como tirar alunos da escola. Em vez disso, eles são obrigados a contratar profissionais, que fornecerão suporte contínuo para professores e conselheiros escolares.

A contratação de auxiliares de aula, permite dupla troca entre membros da comunidade pedagógica da escola. Isso permite que os alunos, previamente separados uns dos outros observem e interajam uns com os outros. O processo de *feedback* do LBI, permite que esses alunos defendam suas atitudes, fornecem observações, notas e relatórios semanais sobre o desenvolvimento do aluno, graças à inclusão e defesa de suas ações atitudinais.

### **7.1. O professor que atua na inclusão escolar**

Os educadores precisam de orientação de profissionais, para que possam entender as decisões que tomam em seus trabalhos. É por isso que o



**Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON**  
**14ª Edição – janeiro de 2024 - ISSN 2177-4641**

desenvolvimento profissional é vital para os educadores, para que possam melhorar a forma como ensinam os alunos.

O sistema educacional deve acomodar os muitos caminhos diferentes, que os alunos seguem para a escola. Além disso, deve criar métodos adicionais de ensino, para alunos com necessidades especiais em um ambiente escolar comum. Isso deve ser feito de forma inclusiva. (JESUS, 2006).

De acordo com Santos *et al.* (2013), as escolas não estão aceitando crianças autistas. Em vez disso, eles recomendam que as práticas pedagógicas, sejam desenvolvidas e respeitadas no futuro; incentivando os alunos com autismo a superar suas limitações, mesmo que os limites de cada criança sejam diferentes.

O autismo precisa de uma estrutura específica para ser entendido. As salas de aula precisam de menos alunos, para criar um ambiente de aprendizado mais descontraído. Os professores devem fornecer aos alunos autistas a assistência necessária, como organizar a sala e escrever no quadro. Eles também precisam desenvolver tarefas rotineiras, como arrumar a sala de aula e manter a classe calma. Isso é importante porque a mudança de ambiente pode ser muito estressante para um aluno autista. (SANTOS *et al.*, 2013).

Vários programas educacionais, são usados para tentar acomodar melhor os alunos autistas na escola. Esses programas contemplam diferentes áreas de aplicação. (SERRA, 2010).

As escolas devem ser projetadas para acomodar pessoas autistas; os professores precisam de treinamento específico, para entender como interagir com as crianças em diferentes estágios. Isso pode ser feito educando os funcionários da escola sobre o autismo, e os métodos de ensino de forma diferente. Os alunos devem ser incentivados a interagir naturalmente, em suas salas de aula.

## **7.2. A formação do docente para a educação inclusiva**

É necessário preparar adequadamente os professores, para incluir as pessoas na escola. Isso é apontado como importante, para que as escolas alcancem a inclusão. (SANTOS, 2010).



**Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON**  
**14ª Edição – janeiro de 2024 - ISSN 2177-4641**

Não há como falar em inclusão sem mencionar o papel do professor. É necessário que ele tenha condições de trabalhar com a inclusão e na inclusão. Será infrutífero para o educador aprender sobre dificuldades de aprendizagem e modos de intervenção psicopedagógica se não conseguir incluir o aluno. (CUNHA, 2014, p.101).

Os profissionais da educação são essenciais, para proporcionar aos alunos uma inclusão adequada. Se eles não realizam seu trabalho adequadamente, a inclusão é apenas uma palavra sem sentido, em vez de um exercício em andamento.

Por conta dessa afirmação, entende-se que a formação docente é efetiva quando os alunos compreendem a realidade da situação e o processo de inclusão. Além de ajudar os alunos a desenvolver suas capacidades, o treinamento de professores ensinam aos alunos, como melhorar seus conhecimentos e habilidades.

Portanto, entende-se que a formação docente precisa reconhecer e compreender adequadamente o aluno, para prepará-lo adequadamente para a educação. Porque os professores precisam trabalhar em sua própria educação, bem como as habilidades do aluno, eles também precisam trabalhar no desenvolvimento de novas habilidades e conhecimentos.

Encontrar a melhor solução, requer entender os eventos atuais e prever o que virá a seguir. Isso solicita um alto nível de pensamento analítico, os problemas escolares não têm soluções prontas, que as pessoas usam repetidamente. Em vez disso, eles exigem pensadores destemidos que podem enfrentar qualquer problema. Promove uma atitude de investigação e ação, além de cooperação e perspectivas multidimensionais. Exige também que os professores entendam que sua formação nunca termina, assim como a necessidade do governo e da direção de continuar treinando.

Para melhor atender às necessidades de seus alunos, os professores precisam de informações sobre questões atuais da educação pública, como a educação inclusiva. Eles também exigem conhecimento, sobre como agir diante de



**Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON**  
**14ª Edição – janeiro de 2024 - ISSN 2177-4641**

potenciais problemas. Essas informações podem ser encontradas em qualquer um dos muitos livros, que contêm soluções de como agir perante a inclusão.

Ao avaliar a necessidade de um aluno, para um tipo específico de apoio educacional, sua deficiência individual deve ser considerada. Isso porque cada caso é um caso, e nenhum professor deve ter conhecimento de tudo.

Ao considerar as habilidades dos alunos, é importante considerar as necessidades específicas de cada aluno, com necessidades educacionais especiais. No entanto, os alunos com necessidades educacionais especiais devem ser incluídos na classe regular sempre que possível. Isso se deve ao fato de que suas dificuldades devem ser sempre consideradas. (CAVACO, 2014).

Qualquer professor examinando as necessidades de seus alunos, deve primeiro entender o que eles precisam, e como eles estão especificamente situados. Eles também precisam considerar suas dificuldades, pontos fortes e necessidades individuais.

Idealmente, o professor precisa entender as características únicas de seus alunos, para ajudá-los efetivamente. Todos os alunos com necessidades educativas especiais, necessitam de professores devidamente formados e preparados. Isso ocorre porque alunos com autismo, ou qualquer outra necessidade, exigem que seu educador se prepare para uma educação verdadeiramente inclusiva. Todos os alunos precisam disso, devido à natureza incomum de seu aprendizado.

Como o professor precisa entender todos os aspectos do comportamento autista, ele precisa monitorar cada ação para intervir quando necessário. Isso ocorre porque a observação adequada, o ajuda a entender o comportamento de seus alunos e transmitir informações a outras pessoas.

Para entender as lições de um professor, observar suas ações é fundamental. Portanto, é vital conectar as práticas e teorias da experiência de um professor. Isso facilita as contribuições do profissional, ao alinhar a teoria com a prática. As pessoas podem entender o real valor e a importância do seu trabalho, por meio da dedicação e dos estudos. Os professores devem compreender as



**Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON**  
**14ª Edição – janeiro de 2024 - ISSN 2177-4641**

experiências cotidianas dos alunos, e os efeitos de seu ambiente. Isso os ajuda a encontrar soluções eficazes, para lidar com essas preocupações. Além disso, entender a cultura de sua comunidade, ajuda a moldar sua abordagem educacional.

Segundo Cunha (2014), é importante que os professores estejam atentos ao direcionamento do aluno ao prestar ajuda. Isso ocorre porque os ajuda a responder adequadamente aos estímulos ambientais, e fornece algumas dicas úteis para pessoas autistas que trabalham com seus professores.

Diferentes abordagens para entender o autismo são necessárias, para desenvolver métodos de ensino eficazes. Fonseca (2014, p. 82) afirma que “é necessário basear-se na forma de compreensão das pessoas com autismo que é totalmente diferente da nossa”.

Os professores não devem acreditar que o autismo seja uma deficiência; em vez disso, eles devem tentar desenvolver o potencial de seu aluno autista.

As emoções desempenham um papel importante no processo educacional, e é fundamental que os educadores, prestem muita atenção aos seus sentimentos ao trabalhar com os alunos. É por isso que é importante que todos os educadores revisem sua prática, e a ajustem para que o processo de desenvolvimento do aluno seja o melhor possível. Um profissional dedicado também deve oferecer as condições adequadas, para que o aluno se transforme em um profissional educacional de primeira linha. (CUNHA, 2014).

Os professores precisam melhorar sua compreensão das comunicações não verbais das pessoas autistas, para se conectarem melhor com elas. Isso irá ajudá-los a desenvolver uma conexão com seus alunos, e aumentar as chances de desenvolver a comunicação.

A compreensão do professor sobre os comportamentos autistas, melhora ao examinar o significado da inteligência emocional, na construção de uma convivência bem-sucedida e no estímulo ao desenvolvimento.

Os professores têm um papel importante no processo de inclusão. A insegurança na formação docente é uma realidade, assim como a falta de



**Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON**  
**14ª Edição – janeiro de 2024 - ISSN 2177-4641**

preparação adequada dos professores. Essas questões precisam ser abordadas para superá-las, e proporcionar uma preparação adequada dos professores para a educação inclusiva. (LIMA, 2006).

Para educar adequadamente os alunos com autismo, os professores devem se comprometer com a inclusão. Isso não é apenas por causa de treinamento ou experiência profissional, é por causa da necessidade contínua de educação. É por isso que é imperativo que os professores continuem sua formação, ao lado do trabalho com a inclusão. E para isso, eles precisam ser motivados a superar suas próprias limitações pessoais como educadores.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Compreender a história do autismo, ajudou a entender os aspectos do comportamento presentes em indivíduos autistas. Isso porque qualquer aspecto social que envolva o autismo, como na escola, é incrivelmente complexo.

A inclusão de crianças com “Transtorno do Espectro Autista” nas escolas regulares, é legal graças ao suposto efeito positivo que a interação social tem sobre essas crianças. Esse efeito pode até ser alcançado gratuitamente por meio de escolas públicas. É importante para que provavelmente haja um melhor processo de educação, é necessário que tanto os professores profissionais, quanto os administradores escolares participem.

Uma das grandes dificuldades presentes na criança autista é de se socializar, bloqueios em áreas comunicativas e de interações. Quando os professores sugerem atividades coletivas, essas dificuldades são melhoradas consideravelmente, e isso corre por conta das adaptações bem elaboradas, suprimindo algumas necessidades das crianças.

Para que a escola possa incluir adequadamente os alunos com necessidades específicas, é necessário que os professores proponham um programa de formação especializado. Isso porque a compreensão das necessidades



**Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON**  
**14ª Edição – janeiro de 2024 - ISSN 2177-4641**

educacionais especiais de cada aluno, é essencial para que ele seja incluído na turma.

Vários indivíduos com o mesmo “Transtorno do Espectro Autista”, geralmente apresentam diferentes graus de apresentação. Portanto, qualidades específicas, como caráter individual, não podem ser comparadas entre crianças. É crucial que o professor monitore o comportamento de seu aluno autista, para determinar quando um estímulo é positivo ou negativo. Isso permite que eles intervenham adequadamente, quando necessário.

Compreender as condições necessárias para a inclusão, é fundamental para sua eficácia. Uma escola que precisa ser inclusiva, deve garantir que ofereça recursos e oportunidades, para os alunos autistas interagirem com outros alunos. Fazer isso ajuda os alunos autistas nas escolas, a se tornarem mais felizes e mais conectados com seus colegas.

## **REFERÊNCIAS**

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5 – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BEDAQUE, S.A.P. **Por uma prática colaborativa no AEE: Atendimento Educacional Especializado**. Curitiba: Appris, 2014.

BRAGA JÚNIOR, F.V.; BEDAQUE, S.A.P. **Atendimento Educacional Especializado para estudantes com Transtorno do Espectro Autista: trajetória e orientações** / edUFERSA, 2018.

**BRASIL**. Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA). Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, 2013.

BRASIL. Lei nº 13.146/15, de 06 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão**. Brasília, 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Título II: Dos princípios e fins da educação nacional.



**Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON**  
**14ª Edição – janeiro de 2024 - ISSN 2177-4641**

CAVACO, N. **Minha criança é diferente?** Diagnóstico, prevenção e estratégia de intervenção e inclusão das crianças autistas e com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão:** psicopedagogia práticas educativas na escola e na família. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora Wak., 2017.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão:** psicopedagogia práticas educativas na escola e na família. 5ª ed. RJ: Wak Ed., 2014.

DONVAN, J; ZUCKER, C. **Outra Sintonia:** a história do autismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FONSECA, B. **Mediação escolar e autismo:** a prática pedagógica intermediada na sala de aula. RJ: Wak Editora, 2014.

JESUS, D. M. de. et al. **Inclusão escolar, formação continuada e pesquisa-ação colaborativa.** In: BAPTISTA, C. R. (Org.). Inclusão e escolarização múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 95-106.

KANNER, Leo. *Autistic Disturbances of Affective Contact.* **Nervous Child**, n.2, 1943.

KHOURY, L. P. col. **Manejo comportamental de crianças com Transtornos do Espectro do Autismo em condição de inclusão escolar:** guia de orientação a professores. São Paulo: Memnon, 2014.

LEMOS, E. L. M. D.; SALOMAO, N. M. R.; AGRIPINO-RAMOS, C. S. Inclusão de crianças autistas: um estudo sobre interações sociais no contexto escolar. **Revista brasileira educação especial**, Marília, v.20, n.1, p.117-130, Março; 2014.

LIMA, P.A. **Educação inclusiva e igualdade social.** São Paulo: Avercamp, 2006.

LOPES et al. Transtorno do Espectro do Autismo. **Sociedade Brasileira de Pediatria:** Manual de Orientação, n. 5, abr./2019.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MEC. **Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, 2022.**

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17430-programa-implantacaode-salas-de-recursos-multifuncionais-novo>. Acesso em 04 out. 2022.

MOURA, S. M.; NETO, E. A. P. **O papel do professor de apoio permanente para alunos com necessidades educativas especiais:** reflexões sobre as políticas públicas e suas ações educativas nas salas de Ensino regular. In: Semana da



**Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON**  
**14ª Edição – janeiro de 2024 - ISSN 2177-4641**

Educação, 2012, Londrina. *Anais... UEL*, 2012. Disponível: <http://www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/pages/arquivos/anais/2012/anais/educacaoespecial/opapeldeprofessorde.pdf> >. Acesso em: 03 out. 2023.

MOUSINHO, R. *et al.* Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo: Associação Brasileira de Psicopedagogia, v. 27, n. 82, 2010. Disponível: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010384862010000100010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384862010000100010&lng=pt&nrm=iso) >. Acesso em: 03 out. 2023.

NEURO CONECTA [1]. **Como contribuir com o aprendizado de leitura e escrita no autismo**. Disponível em: <<https://neuro-conecta.com.br/como-contribuir-com-o-aprendizado-de-leitura-e-escrita-no-autismo/>>. Acesso em: 02 mai. 2023.

NEURO SABER. **DSM-5 e o diagnóstico no TEA**. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/dsm-5-e-o-diagnostico-no-tea/>. Acesso em 17 set. 2023.

OMS (Organização Mundial da Saúde). **Espectro do autismo distúrbios do desenvolvimento e outros**: sensibilizando para o fortalecimento da capacidade. Relatório de reunião, Genebra, 2013.

ORRÚ, S. E. **Autismo, linguagem e educação**: interação social no cotidiano escolar. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Wak; 2012.

SANTOS, A. dos et al. **Metodologias de Ensino para crianças autistas: superando limitações em busca da inclusão**. Bahia: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2013.

SANTOS, J. I. F. **Educação especial**: inclusão escolar da criança. São Paulo: All Print, 2010.

SCHMIDT, C. **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. Campinas: Papyrus, 2013.

SEGATI, B. G. **Síndrome de Asperger**: Reflexões Acerca da Inclusão Escolar. Maringá, 2014.

SERRA, D. Sobre a inclusão de alunos com autismo na escola regular. Quando o campo é quem escolhe a teoria. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 1227, abr. 2010.



**Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON**  
**14ª Edição – janeiro de 2024 - ISSN 2177-4641**

SILVA, A. B. B. **Mundo Singular: entenda o Autismo** / Ana Beatriz Barbosa Silva, Mayra Bonifácio Gaiato, Leandro Thadeu Reveles. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SILVA, A. B. B.; GAIATO, M. B.; REVELES, L. T. **Mundo Singular: Entenda o autismo**. Rio de Janeiro; Editora Objetiva Ltda. 2012.

SOARES, M. **Alfabetização e Letramento as questões dos métodos**, São Paulo, 7 ed., 2017.

TENENTE, L. B. **A visão da escola sobre a inclusão de crianças com autismo**. 2017. 190f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia Pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

WHITMAN, T. **O Desenvolvimento do Autismo: Social, Cognitivo, Linguístico, Sensório-motor e Perspectivas Biológicas**, São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2015.

